A IMPORTÂNCIA DOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS NA ESTRUTURA PRODUTIVA

# Cecília Ferreira de Miranda

COPPE/UFRJ - Av. Brigadeiro Trompowski s/no - Centro de Tecnologia - Bloco F- Sala F-123

 Ilha do Fundão -CEP 21945-970 - Tel. (021) 590-8352 - Rio de Janeiro - Brasil – fsalek@iis.com.br

**Claude André Jensen Araripe Monteiro da Silva**

COPPE/UFRJ - Av. Brigadeiro Trompowski s/no - Centro de Tecnologia - Bloco F- Sala F-123

 Ilha do Fundão -CEP 21945-970 - Tel. (021) 590-8352 - Rio de Janeiro - Brasil – araripe@antares.com.br

**Luciano Felipe de Carvalho Benício**

COPPE/UFRJ - Av. Brigadeiro Trompowski s/no - Centro de Tecnologia - Bloco F- Sala F-123

 Ilha do Fundão -CEP 21945-970 - Tel. (021) 590-8352- Rio de Janeiro - Brasil – lbenicio@uol.com.br

### Abstract

*This article characterizes the micro and small business analizing alternatives for their competitive insertion in the modern productive structures.*

*We also discuss how micro and small business can represent a way to face the unemployment crisis, mainly through the development of the so-called popular based enterprises. Another point refers to the role of micro and small technological enterprises in technological development.*

This paper also deals with the space this kind of enterprise occupies in the contemporary productive environment characterized by the “jobless growth” process on one side and the flexible specialization model on the other side.

Key words

##### Micro and Small Business, unemployment, technology.

## 1- Introdução

A economia mundial vem sofrendo grandes transformações, dentre elas, está aquela que manifesta-se nas estruturas produtivas das empresas. O avanço científico–tecnológico alterou os padrões de concorrência e a mundialização dos mercados acirrou ainda mais a disputa entre firmas com bases produtivas globais.

As empresas, para aumentarem sua competitividade e conquistarem novos mercados, vêm efetuando uma ampla reformulação das suas estruturas produtivas, visando reduzir custos e melhorar a qualidade de seus produtos. Em um quadro de mudança no padrão industrial, os princípios fordistas de produção, tais como produção seriada, rígida divisão do trabalho e falta de autonomia dos operários, vêm dando lugar a novos princípios produtivos que visam à reversão dos excessos da produção seriada. Tais princípios são pautados pela flexibilidade e pela capacidade de oferecer respostas rápidas e eficientes à demanda do mercado em suas particularidades regionais, em contextos marcados pela mudança e pela incerteza.

Dentre as mais importantes mudanças que o novo paradigma produtivo, conhecido como *especialização flexível*, traz consigo estão: as inovações tecnológicas, que possibilitaram um grande aumento da produtividade e uma maior flexibilidade dos processos produtivos. Como exemplo, pode-se citar a introdução da telemática na produção, que leva agilidade ao processamento de informações. E o advento de novos processos de gestão e de organização da produção, como por exemplo, as políticas de *downsizing,* de *outsourcing* e de terceirização.

É importante observar que, como conseqüência das alterações nos processos de gestão da produção, ocorre, o que se convencionou chamar de “*jobless growth”*: o crescimento econômico dissociado da geração de empregos. “Entre 1970 e 1992, a economia européia cresceu 73 %, enquanto que o emprego só aumentou 7 %. No Brasil, de 1993 a 1995, a atividade econômica expandiu-se em 15 %, enquanto o número de empregos cresceu apenas 2 % (Vale, 1996). Este processo, aliado às políticas de downsizing, vem provocando o aumento do desemprego em nível mundial, ao mesmo tempo que dá à crise um caráter estrutural.

No Brasil, os processos de modernização da produção vêm se delineando, desde meados da década de 80, em resposta à crise econômica. Mas é na década de 90, que o modelo de desenvolvimento do país passa de um estilo de industrialização protegida para o de uma economia aberta e competitiva. A inserção da economia brasileira no processo de globalização vem gerando significativas alterações sobre os fluxos de comércio e de capitais, sobre a base tecnológica, gerencial e organizacional das empresas e sobre o mercado e as relações de trabalho, o que vem ocasionando aumento do desemprego.

As conseqüências desse processo sobre o nível de emprego têm sido discutidas em diversos estudos. Segundo Barros *et alli* (1996), utilizando estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - IBGE, para o período 1988-1993 e da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) - IBGE, para os anos 1994-1995, observou-se que, na indústria, o nível de emprego tem declinado desde o começo dos anos 90, mesmo com a retomada do crescimento da produção industrial a partir de 1993.

Jan

86

Jan

87

Jan

89

Jan

90

Jan

88

Jan

85

Jan

91

Jan

92

Jan

93

80

90

120

110

100

##### Gráfico 1 – Pessoal Ocupado na Prod. Industrial – Regiões Metropolitanas – 1985 =100

Fonte: Amadeo *et alli* / IPEA, 1994

Diante dessa realidade do mercado de trabalho brasileiro, faz-se necessária não apenas a existência de políticas macroeconômicas que estimulem a geração de empregos, mas também de políticas que atenuem os impactos que o processo de modernização produtiva tem provocado sobre o mercado de mão de obra. Entre estas políticas estão aquelas dirigidas ao apoio ao micro e pequeno empreendimento, que é tido como um dos pilares da geração de emprego. O micro e pequeno empreendimento é ainda um universo pouco conhecido e estudado, sendo um objeto diversificado, que, recentemente, vem merecendo uma maior atenção dos pesquisadores. Neste estudo concentramos nossa análise nas micro e pequenas empresas formais (MPE’s), o que inclui empresas regidas pela CLT e cooperativas de trabalho e produção.

**2 - Definições**

Há anos, existe uma polêmica em torno da definição de critérios para classificação de empresas quanto ao seu porte. Dada a complexidade do tema, esse clima de indefinição tem se alongado e, sem dúvida, quem mais sofre com a situação são as MPE’s. Sem uma classificação padrão ou um critério aceito mundialmente, as MPE`s ficam a mercê das políticas específicas de seus países e instituições.

Há um consenso, em muitos países, de que os pequenos empreendimentos precisam de apoio e estímulo para sobreviver no mercado e também de que eles funcionam como elemento estabilizador da economia e, por isso, devem ser preservados, estimulados e protegidos. Para tanto, os governos costumam estabelecer políticas de apoio às MPE’s, o que no entanto tem se mostrado, sobretudo no Brasil, ineficazes e incompatíveis com a realidade destes empreendimentos. O apoio governamental pode se dar sob variadas formas. As mais comuns, entretanto, são os incentivos fiscais, tributários e creditícios.

No caso do Brasil, há uma previsão legal para que o governo estabeleça regras de apoio e incentivo às micro e pequenas empresas. Segundo o artigo 179 da Constituição Federal está prevista a possibilidade de concessão de benefícios às MPE’s, mas o assunto é remetido para a legislação infraconstitucional. Em 27 de novembro de 1984, a existência das microempresas é consolidada, através da Lei 7.526 , conhecida como Estatuto da Microempresa. Apesar do estatuto classificar como microempresa unidades produtivas com faturamento anual inferior a 10 mil ORTNs (à época US$40 mil), este fato não garante que essas empresas irão receber algum tipo de apoio. Para consegui-los as empresas tem de se enquadrar dentro dos critérios das instituições fomentadoras.

A história do apoio às pequenas empresas no Brasil mostra que, ao correr de várias décadas, os critérios de determinação de porte pouco foram alterados. Variando somente os limites experimentados para enquadramento por faturamento e ativo fixo, vendas, patrimônio líquido e também por pessoal ocupado.

A fim de verificar a variedade de critérios e parâmetros utilizados no Brasil, vale a pena observarmos alguns exemplos. O **BNDES** em sua linha de financiamentos que inclui MPE’s, utiliza como critério a receita bruta anual ou anualizada, conforme a Lei 8864. No entanto, o critério mais utilizado no Brasil é a classificação por número de empregados utilizada pelo SEBRAE e pelo IBGE:.

1. microempresas : são aquelas com até 19 empregados , na indústria e com até 9 empregados , nos setores de comércio e serviços.
2. pequenas empresas : são aquelas que empregam de 20 a 99 empregados , na indústria e de 10 a 49 empregados , nos setores de comércio e serviços.
3. médias empresas : são aquelas que empregam de 100 a 499 empregados , na indústria e de 50 a 99 , nos setores de comércio e serviços.
4. grandes empresas : aquelas que empregam acima de 500 empregados na indústria e acima de 100 empregados , nos setores de comércio e serviços.

 Para fins tributários, o **SIMPLES** - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições realiza sua classificação também pela receita bruta anual, porém com limites diferentes do BNDES.

Em resumo, todos que desejam trabalhar com MPE’s não encontram dificuldades em fazê-lo. Definem, dessa forma, seus próprios critérios para classificação do público alvo. Felizes são as pequenas empresas que conseguem se enquadrar.

## 3 - A Importância do Micro e Pequeno Empreendimento :

## NA GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Durante muito tempo, a avaliação macroeconômica que se fazia dos micro e pequenos empreendimentos era de que eles estariam fadados a uma posição marginal nas economias industrializadas maduras. Com suas altas taxas de mortalidade e de natalidade eles morreriam e nasceriam (80% morrem antes de completar um ano de vida, segundo o IBGE), numa espécie de renovação cíclica natural. Essa característica leva a crer que, na verdade, tantos postos de trabalho gerados em MPE’s são compensados com o fechamento de outros tantos em outras MPE’s, o que torna o tamanho da fatia do emprego nas MPE’s constante, na média.

A variação em torno da média se daria por fatores conjunturais, ou seja, quando houvesse queda na atividade econômica, aumentaria o número de MPE’s e trabalhadores por conta própria, amortecendo o aumento no desemprego aberto. No caso contrário, havendo crescimento econômico, haveria uma natural queda no emprego nas MPE’s e de trabalhadores por conta própria, acompanhado de um crescimento paralelo do emprego nas grandes empresas. Assim, apesar do grande número de micro e pequenos empreendimentos existentes, não haveria a possibilidade de intervenção pública efetiva sobre este universo.

De acordo com o exposto anteriormente, pode-se observar no entanto, que o fenômeno de queda no emprego no setor Industrial (Gráfico 1) não pode ser considerado conjuntural, mas sim estrutural, sendo uma mudança, acarretada por um novo paradigma de produção. Singer (1996) afirma que estamos vivendo a Terceira Revolução Industrial, mas que esta apresenta uma diferença crucial em relação às anteriores: nas duas, tanto a criação da máquina a vapor e da máquina a motor, houve um acompanhamento de criação de novos produtos que compensavam o desemprego gerados por estas máquinas e que criaram novos grandes segmentos industriais, como foram os casos da indústria automotiva, a invenção do rádio, da televisão, eletrodomésticos, etc. Na revolução atual, a grande transformação que estamos vivendo nos meios de produção não vem sendo acompanhada da criação de novos produtos e segmentos industriais de forma a compensar toda a massa de empregos industriais que se perdem com o desenvolvimento da automação e da telemática.

Desta forma, o que podemos observar é um papel muito mais decisivo e importante das MPE´s na estrutura produtiva. A crise do desemprego torna o problema da criação de postos de trabalho essencial para o desenvolvimento econômico e social.

Ao contrário desta tese de que as MPE’s estariam fadas a uma renovação cíclica natural, na verdade, conforme análise do grupo, são elas hoje as grandes geradoras de postos de trabalho, e por isso fundamentais na dinâmica sócio-econômica.

Este fato pode ser comprovado através dos dados existentes que caracterizam nossa estrutura produtiva, como é o caso do censo de 1985 do IBGE (o último publicado pela instituição) , da Tabela 1 e do Gráfico 2.

Através do Gráfico 2 podemos verificar a tendência de aumento da contribuição do setor terciário para o PIB. Ao contrário das fases caracterizadas pelo modo de produção fordista, a produção industrial tem apresentado ganhos em produtividade, o que, no entanto, não garante investimentos ao nível necessário para elevação da oferta de trabalho. O censo do IBGE apresenta, por sua vez, a quantidade de estabelecimentos por setor da economia, estabelecendo que o setor terciário é composto em 99% de MPE’s.

Já a Tabela 1 mostra que o crescimento no PIB do setor terciário é acompanhado de um aumento na oferta de empregos formais nas MPE’s, definindo-as, então, como grande geradoras de postos de trabalho, análise esta que não leva em consideração as cooperativas de trabalho e produção. Empresas intensivas em mão de obra que vêm apresentando um processo crescente de aumento na participação no setor de serviços.

Gráfico 2 – Participação de Cada Setor no PIB do Brasil

Fonte: Simonetti / Veja, 1998

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Micros e Pequenos** | **Médios** | Grandes |
| Período | 1989 | 1992 | 1995 | 1989 | 1992 | 1995 | 1989 | 1992 | 1995 |
| **Brasil** | 38,6 | 42,5 | 46,2 | 18,3 | 17,9 | 16,8 | 43,1 | 39,7 | 37,0 |

Tabela 1 – Brasil – Evolução da participação dos empregos formais segundo o tamanho do estabelecimento\* – Setores: indústria, comércio e serviços – em percentual.

\*Critério SEBRAE

Fonte: Conjuntura Econômica (Dez. 97).

### na Geração de Tecnologia

 Observando a questão do desemprego, sob a ótica de fruto de todo um modelo de produção vigente possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico, poderá se considerar paradoxal a solução apresentada neste trabalho a partir do apoio às MPE’s, em se considerando que estas estão, cada vez mais, participando da dinâmica de geração tecnológica.

Este quadro pode ser atribuído a alguns fatores:

* Em primeiro lugar, podemos justificar, através do aumento da competição global, na qual a batalha pela preferência dos consumidores tem feito com que os ciclos de vida dos produtos sejam cada vez menores, pois a renovação dos produtos é vital. Assim, o fortalecimento dessa cultura da inovação está influenciando a busca por novos agentes inovadores, mais ágeis nos tempos de resposta aos anseios do mercado;
* Em segundo, devido a revolução da informática. A produção de *software*, que é praticamente conhecimento em estado bruto transformado em produto altamente versátil, parece permanecer infensa à sua organização em bases massivas. Com efeito, a fábrica de *software* é, ainda, apenas um conceito. Os casos de sucesso de pequenos empreendimentos, contam-se aos montes, com destaque para a Apple, a Microsoft e, mais recentemente, a Netscape.

 Este quadro pode ser exemplificado pelo movimento de centros de excelência - como as universidades – ligados na formação de Incubadoras de Empresas em todo o mundo.

De fato, até o fim dos anos 70, o espaço da criação científica e tecnológica que tinham o cientista e o empreendedor independente tinha sido absorvido pelos departamentos de P&D dos grandes conglomerados. As razões para isso estariam nos custos cada vez maiores associados à geração de Ciência e Tecnologia, envolvendo laboratórios pesados, prazos longos de maturação de resultados, excessiva regulamentação dos mercados e muitos outros, características não atingíveis pelas MPE’s. Schumpeter (1982), para quem a inovação causava a ruptura do “fluxo circular”, que é o equilíbrio estático do sistema econômico, não estava preocupado em atribuir a uma pessoa a responsabilidade pela inovação. Pelo contrário, o que se chamou de “empresário schumpeteriano”, Schumpeter reconhecia que poderia ser um departamento de P&D de uma grande empresa. E normalmente o seria, pois no “capitalismo trustificado” (o termo é de Schumpeter), o espaço para criação estaria diluído no corpo técnico das grandes empresas.

 Considerando então, a inserção do Brasil na economia de mercado global, não se pode deixar de considerar a importância das MPE’s também na geração de tecnologia - alicerce para o desenvolvimento econômico das empresas em busca de competitividade. A importância do desenvolvimento do apoio ao investimento em P&D no Brasil é fundamental se este deseja realmente se inserir de forma significativa no cenário econômico mundial. O desafio de obter um crescimento sustentado passa pelo apoio ao desenvolvimento tecnológico tanto por parte do governo como por parte da iniciativa privada.

### na Cadeia Produtiva

A importância do micro e pequeno empreendimento na cadeia produtiva vem ganhando volume com as transformações oriundas da *especialização flexível.* O novo modo de produção capitalista definiu a internacionalização dos mercados, o que acarretou o aumento da concorrência e a internacionalização da produção, conseqüência da corrida atrás de menores custos como: oferta de mão de obra barata, incentivos fiscais, leis ambientais sem expressão, etc.

Em busca de competitividade, as empresas vêm concentrando seus esforços no seu principal negócio, e a reestruturação tem assumido a forma, entre outras coisas, de movimentos de “recentragem”- concentração nas atividades fins - e terceirização da produção. Nesse contexto, aparece um espaço para os micro e pequenos empreendimentos, de complementaridade às atividades das médias e grandes empresas. Através desta relação, as médias e grandes empresas reduzem custos e ganham agilidade e rapidez. Este processo garante a elas trabalharem com estoques reduzidos através da redução do *lead time* de seus produtos e/ou serviços, atendendo assim às exigências e oscilações de um mercado competitivo.

Este processo, muitas vezes leva as MPE’s a estruturarem-se em torno de parques ou pólos. Como exemplo, temos a Itália onde, em algumas regiões, localizadas no norte e centro do país, floresceu um setor industrial competitivo apoiado em pequenas empresas, que ficou conhecido como Terceira Itália. Outra região que se tornou exemplo clássico é o Vale do Silício, nos EUA, que também segue a mesma dinâmica.

Os parques e pólos propiciam que as empresas se organizem sob a forma de redes, geralmente, de duas formas: o modelo de redes horizontais, onde empresas, de um mesmo setor, fabricam produtos em estágios semelhantes da cadeia produtiva; e o modelo de redes verticais, que envolvem alianças operacionais entre empresas de uma mesma cadeia, desde as provedoras de matéria-prima básicas até as responsáveis pela comercialização do produto final. Nas redes, prevalecem relações de cooperação, onde o interesse é juntar os esforços. Dessa forma, diminui-se os custos, por exemplo, através da compra de matéria-prima e equipamentos em conjunto, integração da informação, investimento em diferido, propaganda e marketing.

Fundamentalmente, as MPE’s mostram-se mais habilitadas a responder com rapidez as mudanças no ritmo dos pedidos das empresas e da demanda em geral.

### 4- Conclusão

Antes de uma nova força econômica que surge, as MPE’s apresentam dificuldades para a alvancagem e manutenção do seu negócio. Este fato gera altas taxas de natalidade e mortalidade, que além de trazerem consequências negativas para a economia brasileira, demonstram a falta de cuidados das ações governamentais para com elas.

A condição instável do micro e pequeno empreendedor provoca, como consequência direta, uma elevada taxa de rotatividade da mão de obra. Através de análise descrita no trabalho, observa-se que são nas MPE´s onde concentra-se a maior parte da força de trabalho, o que faz com que este efeito gere reflexos sigmnificativos para o Brasil. Conforme aborda Amadeo *et alli* (1994), estamos nos referindo aos efeitos perversos que o elevado grau de rotatividade gera na qualificação e na produtividade da mão de obra. “. . . o fato de que 2,5% da força de trabalho perdem ou abandonam seu posto de trabalho a cada mês, sendo, no entanto, rapidamente realocados exemplifica, por um lado, a flexibilidade alocativa do mercado de trabalho, mas por outro, preocupa na medida em que indica ou que grande parte das habilidades específicas da força de trabalho está sendo perdida devido à alta taxa de rotatividade ou que a força de trabalho simplesmente não tende a desenvovler habilidades específicas. Em suma, a grande flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro pode estar simplesmente revelando um excessivo grau de mobilidade (...). Como consequências temos a baixa produtividade da força de trabalho e a baixa qualidade dos postos de trabalho gerados.”

A ação governamental não pode se excluir do debate acerca dos apoios e incentivos as MPE’s, devendo estas serem tratadas dentro do programa planejamento econômico. As poucas iniciativas existentes não conseguem consolidar o fomento à criação das MPE’s e se encontram defasadas em relação a realidade do micro empreendedor e das micro empresas que necessitam de apoio. Assim, as MPE’s não só precisam de apoio durante a sua criação, mas sua continuidade pode trazer frutos muito mais positivos para toda a estrutura produtiva do país, tendo em vista sua participação na economia.

 A engenharia de produção por sua vez deve acompanhar o ritmo das mudanças e se adequar ao futuro do mercado de trabalho. O desenvolvimento de conhecimento e tecnologia para o aumento de produtividade e ganhos de competitividade para um país que busca sua inserção no mundo globalizado são fundamentais. No entanto, estar atento às crises que assolam o país e o mundo, e buscar soluções para sue desfecho, são também papel do engenheiro, assim como de toda universidade. As MPE’s são atualmente um espaço pouco estudado nos centros acadêmicos e devem merecer atenção, de modo que possam usufruir da técnica e de todo ferramental da engenharia de produção, assim como as médias e grandes empresas o fazem.

### Referências Bibliográficas

* Amadeo, Edward & Camargo, José Márcio & outros. “A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980”. IPEA – Texto para discussão No 353. Outubro de 1994
* Barros, R. P. *et alli*. O Impacto da Abertura Comercial sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro. IPEA – Séries Seminários No 3. Rio de Janeiro, 1996.
* Barros, R. , Mendonça R., A Absorção de Mão de Obra no Setor de Serviços. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol 40, No 1, 1997.
* Bartholo, Roberto, Salek, Flávio, Abegão, Luís. A Model for Revitalization of Workmanship Directed Towards Low-incone Youth in Rio de Janeiro. Anais of Xth. International Productivity Congress. Santiago, 1997.
* *Cresce o emprego nas micro e pequenas empresas*. Revista Conjuntura Econômica, Dezembro de 1997.
* Garcia, Eloi, Chamas, Cláudia. Capital de Risco e Tecnologia. Gazeta Mercantil, 16 de dezembro de 1997.
* Gomes, Rosemary. A Situação do Fomento à Micro e Pequena Empresa no Brasil.
* Humphrey, John; Hirata, Helena. Trabalhadores Desempregados: Trajetórias de Operárias e Operários no Brasil. RBCS, No 11, vol 4; Out 1993.
* Modelo Operacional de Consenso para Apoio ao Pequeno Empreendedor no Estado do Rio de Janeiro. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento – COPPE / UFRJ. Dez 1997.
* Oliveira de, Graziela. Os Movimentos Sociais Frente a Reestruturação Produtiva. Proposta. Set/Nove 1997.
* Ramos, Lauro, Reis, J. Guilherme. “Emprego no Brasil nos anos 90”. IPEA - Texto para discussão No 468. Março de 1997.
* Schumpeter, Joseph. A teoria do Desenvolvimento Econômico. Coleção Os Economistas, Editora Abril, 1982.
* Silva, Luis Antônio. Qualificação e Informalidade. Revista Semestral Temática de Ciências Sociais e Educação, Ano II Maio / 97 No 1. Editora Contemporaneidade e Educação
* Simonetti, E., Grinbaum, R.. Assombração Nacional. Revista Veja, edição 1533, 11 de fevereiro de 1998, pp 68 a 73.
* Singer, Paul, *A precarização é causa do desemprego*. Folha de São Paulo, em 10 de dezembro de 1995.
* Singer, Paul. Desemprego: Uma Solução Não Capitalista. T&D. Jul/Ago/Set 1996.
* Singer, Paul. Globalização, Novas Tecnologias e Desemprego. Boletim CREA RJ. Jan/Fev/Mar 1996.
* Tafner, Paulo/IPEA. “Estratificação de Empresas: Histórico e Proposta de Classificação”. IPEA - Texto para discussão no 386. Outubro de 1995.
* Vale, Glaucia Maria Vasconcellos. “Crescimento, MPE e Emprego: uma conjugação essencial para o futuro do Brasil.” Revista Rumos. Rio de Janeiro - Junho de 1996.
* Villela, André/BNDES. “As Micro, Pequenas e Médias Empresas.” Rio de Janeiro, 1997.